

8. CONTRATAÇÃO: EMPREITADA DE "CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO DE REAL, BRAGA": CONCURSO PÚBLICO: CPE.17.20.DMOSM:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa ao relatório final da fase de qualificação, da empreitada em epígrafe.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,

Despacho:

A ns do
Extor.

Remeta-se à Sr.^a Diretora.

O Diretor do DOM,

O Presidente,

[Signature]
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

21/01/19

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

RELATÓRIO FINAL DA FASE DE QUALIFICAÇÃO

- INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:

Identificação do procedimento:

Concurso Limitado por Prévia Qualificação: CPE.17.19. DMOSM

Contratação: empreitada de "CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E
PROMOÇÃO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO DE REAL, BRAGA".

Preço Base do Procedimento: €1.898.200,94

Prazo de execução: 24 meses

Membros efetivos:

Identificação do Júri:

Membros suplentes:

Reunião realizada em: 18/01/2020

Reunião efetuada em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 186.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei 223/2019 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, pelo Decreto-Lei 214-G/2015 de 2 de outubro e Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **10695/2020**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 188, de 25 de setembro de 2020, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, se for o caso, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

II – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA

II.1. Em cumprimento do disposto no artigo 185.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, tendo resultado no seguinte:

A empresa concorrente **CARI CONSTRUÇÕES, S.A.**, apresentou a reclamação que se anexa, que genericamente se traduz no seguinte:

A Candidata ora reclamante pronunciou-se sobre o Relatório Preliminar da fase de qualificação das propostas, no qual, após aplicação dos critérios de qualificação previstos nas peças do procedimento, foi proposta a não admissão da sua candidatura, não se conformando com o aludido Relatório Preliminar no que respeita à sua não admissão a concurso, por não terem sido considerados pelo júri, para efeitos de cumprimento dos requisitos mínimos de qualificação uma das três obras apresentadas - o *Instituto de Design em Guimarães*, bem como o Diretor de Obra – apresentado pela Candidata para cumprimento dos requisitos mínimos fixados para se qualificar para o concurso, resultando, pelos motivos melhor identificados na reclamação em anexo, ilegal e desproporcional a proposta de não admissão a concurso da Candidata ora

reclamante, pelo que deve a mesma ser revogada, procedendo-se a nova graduação das avaliações, e proceder-se à admissão da Candidata a concurso.

II.II. O Júri apreciou detalhadamente os argumentos apresentados pelo candidato Cari Construções, S.A, em sede de audiência prévia e deliberou, por unanimidade, face aos argumentos apresentados, considerar que a obra designada Instituto de Design em Guimarães preenche o requisito de qualificação indicado na alínea c), do n.º 1 do artigo 10.º do programa do procedimento, com os fundamentos seguintes:

- i. O requisito de qualificação previsto na alínea c), do n.º 1 do artigo 10.º do programa do concurso concretiza-se em «intervenção realizadas pelo candidato, em imóveis classificados com Monumento Nacional e/ou Imóvel de Interesse Público, da mesma natureza, e complexidade dos definidos no caderno de encargos, durante os últimos 10 anos»;
- ii. Com este requisito de qualificação técnica, a entidade adjudicante pretende assegurar que o futuro adjudicatário tenha já experiência curricular na execução de obras cuja complexidade de execução seja equivalente à que pretende contratar, no âmbito do presente procedimento de formação de contrato público.
- iii. A experiência curricular do futuro adjudicatário na execução de contratos de natureza semelhante constituirá, portanto, para a entidade adjudicante, um reforço da garantia de perfeito e tempestivo cumprimento do contrato a celebrar.
- iv. A experiência curricular há de traduzir conhecimento, capacidade técnica, know-how adquirido na organização de meios, recursos e planeamento – muito comum à generalidade das empreitadas – mas também e sobretudo, atenta a caracterização do edificado, no cumprimento de requisitos técnicos e procedimentais de licenciamentos e de exigência de técnica construtiva próprias dos «imóveis classificados com Monumento Nacional e/ou Imóvel de Interesse Público».
- v. O candidato Cari – Construções, S.A, explicitou que a obra designada Instituto de Design em Guimarães encontra-se em vias de classificação (apesar de não estar ainda classificado como Imóvel de Interesse de Público). A esse respeito, a Direção Geral do Património Cultural (DGPC), classifica-o como: “Em vias de classificação (Homologado como IIP - Imóvel de Interesse Público, Despacho de 03 novembro 1978 do Secretário de Estado da Cultura) / Incluído na Zona Especial de Proteção do Núcleo Urbano da Cidade de Guimarães (v. PT010308340101)”.

vi. Ao mesmo tempo, e relativamente aos requisitos técnicos e procedimentais de licenciamentos e de exigência de técnica construtiva, a DGPC não distingue propriamente os IIP e os IIP em vias de classificação. O que significa que as exigências curriculares - os objetivos, intentos e garantias - que presidiram à enunciação da alínea c), do n.º 1 do artigo 10.º do programa do procedimento foram integralmente preenchidos no caso desta intervenção, dado que as exigências técnicas para a sua execução foram equivalentes às exigências que se empunhariam caso o imóvel já estivesse classificado.

vii. Nos mesmos termos, considera-se cumprido o requisito técnico previsto na alínea d) do artigo 10.º do programa do procedimento.

Pelos apontados motivos, o Júri deliberou por unanimidade, acolher a argumentação apresentada pelo candidato, considerando que a obra preenche o requisito previsto na alínea c), do n.º 1 do artigo 10.º do programa do procedimento, e por isso, considerar o candidato qualificado.

III – CANDIDATOS QUALIFICADOS:

III.I. Nestes termos, o júri deliberou por unanimidade, propor a qualificação dos seguintes candidatos:

- AUGUSTO OLIVEIRA FERREIRA & CA.LDA;
- REVIVIS, REABILITAÇÃO, RESTAURO E CONSTRUÇÃO LDA;
- SIGNINUM – GESTÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL LDA;
- CARI CONSTRUÇÕES, S.A.

IV – 2.ª AUDIÊNCIA PRÉVIA

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 186.º do CCP, o júri procederá, seguidamente, à notificação dos concorrentes para que se pronunciem, no prazo de cinco dias úteis, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre o presente relatório, do qual se enviará um exemplar.

Para o efeito, serão disponibilizados na plataforma eletrónica da entidade adjudicante os seguintes documentos:

- Documentos que instruem as candidaturas apresentadas;
- Relatório Preliminar;
- Reclamação CARI CONSTRUÇÕES, S.A.

O Júri do Procedimento

Em anexo:

- Relatório Preliminar;
- Reclamação CARI CONSTRUÇÕES, S.A.